

Nomeações continuarão proibidas

O ministro da Administração, Aluizio Alves, disse ontem que os benefícios criados pela Constituinte a favor dos servidores públicos federais vão "apertar muito" o orçamento de seu Ministério para 1989, e o presidente José Sarney deve prorrogar até dezembro do próximo ano o decreto que proíbe novas nomeações no Governo Federal. Segundo o ministro da Administração, até o final de 1989, a União preencherá, no máximo, 75 por cento das vagas que surgirem, assim mesmo após rigorosos "exames de necessidade" pelos Conselhos interministeriais de Remuneração e Provento (Cirp) e de Salários das Empresas Estatais (Cise).

Aluizio Alves informou que a Secretaria da Administração da Presidência da República já devolveu, sem qualquer retificação, a proposta orçamentária de 1989, elaborada pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Com cortes de 11 por cento, o orçamento da Sedap para o próximo ano ficará pouco acima de Cr\$ 1 trilhão. "Os cortes atingiram o que podia ser cortado" — disse o ministro da Administração, ao explicar que nada tem a reclamar de Abreu ou a reivindicar ao presidente Sarney.

Em atitude bem diversa que a de outros ministros, Aluizio Alves afirmou que não só aceitou plenamente os cortes propostos pelo Planejamento, como elogiou a "alta competência" de Abreu.

Argumentou que a proposta orçamentária preserva "as finalidades da Sedap", principalmente, de formação e aperfeiçoamento do servidor público e também não deve impor qualquer novo sacrifício direto ou indireto ao funcionalismo federal.

Para justificar o pequeno corte orçamentário da Sedap em relação a outros ministérios, Aluizio Alves ressaltou que não existe excesso de servidores federais. "Nos últimos dois anos, a União preencheu apenas 25 mil das 36 mil vagas abertas, com a extinção das 11 mil restantes. A lotação dos diversos ministérios foi cortada em 330 mil vagas. Os países da Comunidade Econômi-

ca Européia (CEE) têm quadro de servidores correspondente de 4 a 24 por cento (caso de Portugal) da população. Na França, a relação é de 9 por cento. No Brasil, não passa de 1,6 por cento e há carência de funcionários em muitos setores" — afirmou o ministro da Administração.

Para suprir as carências setoriais sem novas contratações, a Sedap vai ampliar os remanejamentos de servidores, até para atender aos processos de fusão e extinção de órgãos federais. No primeiro semestre deste ano, 8 mil servidores foram remanejados, quase o dobro dos 4.400 redistribuídos ao longo de 1987.